



ANS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>

e-mail: geral@ans.pt



COMUNICADO

Nº: 07/2003
Data: 11 SET 03

Para risco igual, tratamento igual

Já muito se tem falado sobre a presumível ida dum força da GNR para o teatro de guerra do Iraque e muitas críticas e apoios já foram registados em letra de forma pela comunicação social e não só.

A ANS considerou e continua a considerar que o facto, em si, da decisão política sobre a ida desta força para um país que, quer se queira ou não, está a sofrer uma ocupação, seja essa ocupação baseada numa razão de força ou numa razão de cariz humanitário, é uma responsabilidade política do governo e como tal, independentemente de maior ou menor concordância, não é matéria sobre a qual julgue ser curial pronunciar-se. Reconhece o grau de polémica que envolve esta decisão, mas acha, enquanto associação, ser presentemente mais avisado evitar tecer comentários sobre uma decisão, cuja responsabilidade há-de caber a quem a assumiu.

Todos os factores colaterais a esta decisão, e que têm a ver com o grau de operacionalidade da força e o equipamento posto ou não à sua disposição, bem assim como as condições de risco e segurança que envolvem esta operação, serão, a nosso ver matéria da área das associações profissionais da GNR que terão, no nosso entender, uma palavra, essas sim, sobre toda esta polémica decisão.

Acontece porém que uma simples declaração do Senhor Comandante Geral da GNR, publicada na edição do semanário "Expresso" do passado dia 6SET03, fez com que a ANS, enquanto associação defensora dos direitos dos militares sargentos, não possa deixar de tecer alguns comentários e pôr outras tantas questões, sobre matéria que se cruza indubitavelmente com as condições em que os militares das Forças Armadas servem nas missões de paz e outras, comparativamente àquelas agora, excepcionalmente definidas para os militares da GNR.

Com efeito, a simples atribuição dum único escalão, o mais elevado, de Suplemento de Missão, no valor de € 2.400 por mês, a todos os militares integrados nesta força da GNR, levamos a questionar qual o critério que leva a tal medida, sabendo-se que aos militares das Forças Armadas, este mesmo suplemento se aplica por escalões hierárquicos, de acordo, aliás com o que está consignado no diploma que rege tal matéria.

Mais uma vez se põe a dúvida sobre quem é mais militar do que quem!?... Será que os militares, por tradição, das Forças Armadas, vêm perdendo nestes últimos tempos, parte das suas características e do seu estatuto de militares em proveito duma GNR cada vez mais empolada na sua vertente militar, em detrimento da sua principal vocação de força de segurança!?... Terá isto a ver com um especial conceito de fidelização duma força de elite, tipo guarda pretoriana, que por consequência vai absorvendo as missões consideradas mais importantes e ganhando uma confiança especial do aparelho de estado!?...

Estamos em crer que este será um cenário abusivamente imaginário e mesmo dificilmente credível, pelo que aguardamos serena, mas atentamente, que o MDN tome as medidas necessárias para fazer incidir esta excepcionalidade, também, sobre os militares das Forças Armadas, nomeadamente nas missões do Kosovo e Timor Leste. É isto porque não acreditamos que se possam fazer, arbitrariamente, distinções de risco, de importância e de oportunidade entre umas missões, onde até já morreram militares, e outra que, por via da polémica que a envolve e do aproveitamento político que eventualmente poderá pairar sobre a sua execução, levando inclusivamente a pagar melhor umas que outras!...

Os militares recusam-se a ser pagos à tarefa, a entrarem nas leis de mercado da oferta e da procura e a serem tratados como entidades menores que, por pertencerem àquilo que muitos ainda consideram a "tropa fandangá", sejam discriminados relativamente a pseudo-elites de forças especiais, que por questões meramente políticas, interessa agora promover e projectar como instrumentos de opções polémicas e difíceis de sustentar com o contributo de militares das Forças Armadas.

A ANS aguarda a necessária tomada de posição do Senhor Ministro da Defesa Nacional, no sentido de repor a equidade de compensações no que respeita à atribuição do Suplemento de Missão. Que seja igual para todos, independentemente da patente, concordamos, mas que este conceito abranja efectivamente todos os militares e não apenas aqueles que, consoante os interesses, importa agora aparaparar e aliciar com medidas avulsas e desequilibradas.

Lisboa, 11 de Setembro de 2003

A Direcção